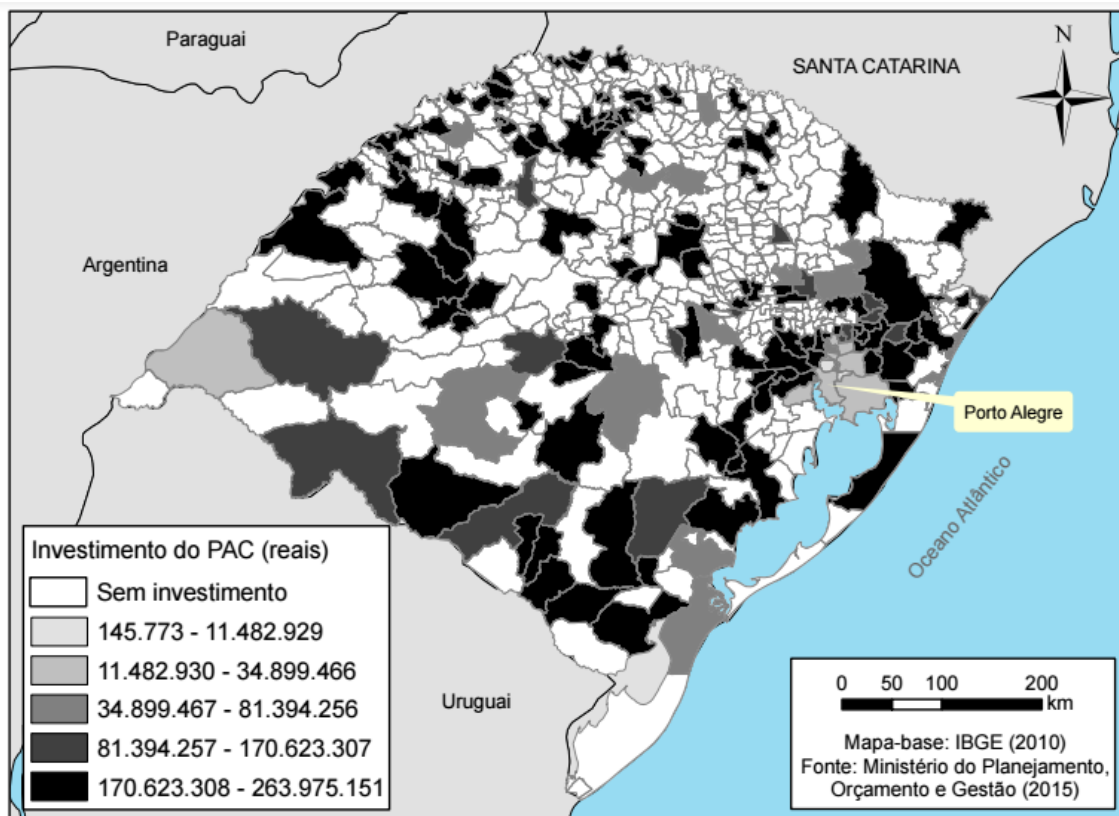


Mapa de Investimentos em Saneamento Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Rio Grande do Sul, 2014.



Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2015 e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010.

O Programa de Aceleração do Crescimento no Rio Grande do Sul

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é um plano do governo federal que visa estimular o crescimento da economia brasileira, através do investimento em obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética, dentre elas, obras em saneamento básico que visam aumentar a cobertura de abastecimento de água tratada, de coleta e tratamento de esgoto, e de coleta e destinação adequada de resíduos sólidos.

O PAC, lançado em 2007 no segundo mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010), foi pensado como um plano estratégico de resgate do planejamento e de retomada dos investimentos em setores estruturantes do país. Os investimentos previstos para o Programa eram da ordem de R\$ 503,9 bilhões até o ano de 2010 (BRASIL, 2016). Nesse período, foram investidos R\$ 40 bilhões em saneamento (INSTITUTO TRATA BRASIL, 2016). O capital utilizado no PAC foi originário de recursos da União, capitais

de investimentos de empresas estatais, e investimentos públicos e privados com parcerias. Em 2011, no governo Dilma, o PAC entrou na sua segunda fase (PAC 2), com o mesmo pensamento estratégico, aprimorados pelos anos de experiência da fase anterior, mais recursos e mais parcerias com estados e municípios, para a execução de obras estruturantes que possam melhorar a qualidade de vida nas cidades brasileiras (BRASIL, 2016). O PAC 2, com os mesmos objetivos do anterior, teve aporte de novos recursos financeiros, com os estados e municípios auxiliando nos investimentos.

Entre os anos de 2011 e 2014, através do PAC 2, os investimentos foram de fundamental importância para aumentar o nível de emprego no país, melhorar a infraestrutura e garantir o desenvolvimento econômico em todas as regiões do Brasil. Até 2015, o Programa já se consolidava com um volume expressivo de investimento e obras de infraestrutura concluídas (BRASIL, 2016). Até o ano de 2016, o Governo Federal, através do PAC, já destinou recursos da ordem de R\$ 70 bilhões em obras ligadas ao saneamento básico (BRASIL, 2016).

Os investimentos do PAC são disponibilizados aos municípios, classificados em três grupos, conforme descrição a seguir. Os recursos destinados aos Grupos 1 e 2 são coordenados pelo Ministério das Cidades e os destinados ao Grupo 3 são coordenados pela Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), vinculada ao Ministério da Saúde (BRASIL, 2016).

- Grupo 1: grandes regiões metropolitanas do país, municípios com mais de 70 mil habitantes nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e acima de 100 mil nas regiões Sul e Sudeste;
- Grupo 2: municípios com população entre 50 mil e 70 mil nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e municípios com população entre 50 mil e 100 mil habitantes nas regiões Sul e Sudeste;
- Grupo 3: municípios com menos de 50 mil habitantes.

Dentre as obras executadas no estado foram levantados dados de investimentos em obras de saneamento, obras de pavimentação, obras de recursos hídricos, obras de saúde, construção de Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e obras de creches e pré-escolas. Os maiores investimentos do PAC no estado foram direcionados aos municípios da região metropolitana, sendo Canoas, Alvorada e Viamão, nesta ordem, os mais beneficiados. Dessa região, nove municípios detiveram mais da metade dos investimentos do PAC no estado. Além disso, os municípios da região serrana e também municípios da fronteira com o Uruguai coincidem com os municípios de menores carências habitacionais, através do Indicador de Carência Habitacional- ICH (sugere-se ver o Mapa do ICH do Rio Grande do Sul).



Referências Bibliográficas:

BRASIL. Ministério do Planejamento. Programa de Aceleração de Crescimento. 2016 Disponível em <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac> > Acesso em de 07 de julho, 2016.

INSTITUTO TRATA BRASIL. 2016. Disponível em < <http://www.tratabrasil.org.br/> > Acesso em 28 de junho, 2016.